ISSN: 2358-8829

A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

Agercicleiton Coelho Guerra [1]
Lorena de Fátima Coelho Guerra [2]
Marcela Figueira Ferreira [3]

INTRODUÇÃO

A partir das diversas mudanças internacionais causadas pela crise do capitalismo, pela reestruturação produtiva e pelamundialização do capital, o Brasil também passou por ajustes em sua política econômica e social. Assim, a educação superior e suas pesquisas foramalçadas como serviços não exclusivos do Estado que podem ser ofertados por Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada ou por organizações sociais noformato denominado público não estatal. A materialização de medidas de caráterreformista se expressoucom mais intensidade a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a expansão do ensino superior privado, em decorrência de um conjunto de medidas expressas tanto no campo legal como operacional, por meiode Leis e Programasque, entre outras coisas, deslocaramrecursos públicos para a inciativa privada no ensino superior brasileiro. O artigo analisa o capitalismo contemporâneo no que se refere às suas transformações socioprodutivas e como elas têm influenciado o atual modelo de ensino superior. Examina, ainda,a "reforma" do Estado brasileiro e suas consequências na forma como o governo passou a gerenciar o ensino superior esituar a universidade pública no contexto da contrarreforma.Para compreendermos os processos de ajuste que o ensino superior vem sofrendo nos últimos anos, é relevante entender como o capitalismo vem se reorganizando a partir de suas sucessivas crises e como se apropria da educação não só para reproduzir seus

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Pedagogia (UFC), Mestre em Educação Brasileira (UFC) e Doutor em Educação (UECE). ageguerra@ufc.br;
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Educação e Ensino (UECE). Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Evolução). Pedagoga (FAVENI). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia (UECE). Professora da rede municipal de ensino de Fortaleza. lorena.guerra@aluno.uece.br;
[3] Doutoranda em Educação (UECE), Mestra em Educação Brasileira (UFC), Especialista em Educação Infantil (Uninter), Pedagoga, professora da rede municipal de Fortaleza. marcela.ferreira@aluno.uece.br;

ideais de dominação, como afirma Mészáros (2002), mas utilizando a própria educação como mercadoria, dispondo-a no mercado geral como qualquer outro bem comercializável.A metodologia escolhida para o trabalho foi a pesquisa bibliográfico-documental, que nos permitiu ter uma visão mais ampla de todo o processo educacional e político que envolve o tema escolhido. Partimos de estudos que abordam a estrutura da universidade brasileira e seu histórico, como, também, o modelo capitalista neoliberal da década de 1990 até sua fase atual, situando o papel que a universidade vem desempenhando e seu processo de massificação e produtivismo. Assim, para uma análise mais abrangente, será necessário realizamosum estudo sobre as implicações do capitalismo contemporâneo nas mudanças das relações socioprodutivas. Para isso, utilizamos as análises de Ricardo Antunes (1998) e David Harvey (1989), entre outros. Após as análises das mudanças apresentadas no contexto global, recorremos aos estudos de Carcanholo (2011), Bianchetti (2001), Boito Jr. (1999), Carinhato (2008) entre outros, para uma análise do modelo neoliberal como forma de sair das sucessivas crises iniciadas na década de 1970.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DOS AJUSTES NEOLIBERAIS DO ESTADO: A PRIVATIZAÇÃO EM MARCHA

Com o fito de colaborar para a retomada da taxa de acumulação capitalista, estimulados pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os Estados Nacionais precisam estar com orçamentos equilibrados e com estabilidade interna da moeda (COSTA, 2000). Assim, a tarefa de reformar os Estados é repassada aos países periféricos para que possam se ajustar ao “novo” cenário de liberalização de mercados.

Como destaca Costa (2000), o processo de liberalização do mercado é uma estratégia do grande capital, para que as regras de regulamentação em âmbito mundial sejam modificadas, favorecendo as grandes empresas multinacionais. A reforma dos Estados seria uma medida necessária para ajustá-los às necessidades prementes do capital de sair de sua crise estrutural.

ISSN: 2358-8829

> O tema da Reforma do Estado ganhou espaço nos debates políticos e intelectuais durante a década de 1980. Os países que iniciaram as reformas liberais foram: Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e, ainda, vários outros países europeus como Alemanha e Itália. Na América Latina, Chile, México e Argentina foram os países que iniciaram as experiências de Reforma do Estado, ainda na década de 1980. Longe de ser um processo isento de contradições e de interesses, a Reforma do Estado foi identificada por vários intelectuais, como uma luta deflagrada pela elite econômica dos países centrais, na busca de ampliar suas ações no mercado mundial, desregulamentando a legislação trabalhista, destruindo a estrutura sindical e pressionando os países periféricos a abrirem seus mercados (COSTA, 2000, p. 52 – 53).

A "reforma" veio se contrapor ao Estado de Bem-Estar-Social, colocando a máquina pública sob o crivo do modelo gerencial. Os movimentos reformistas no Brasil foram iniciados pelo ex-presidente Collor de Melo com algumas privatizações como da Usiminas, Petroflex, Alcanorte, Fosfértil, entre outras pequenas indústrias (CARINHATO, 2008).

Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao modelo de "reforma" estatal com o discurso de reestabelecer o crescimento e continuar a estabilização econômica. Criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), em 1995, cujo ministro, Bresser Pereira, tinha como principal função, desenvolver o processo de reformulação do Estado (idem).

O governo de Fernando Henrique avaliou que o modelo de Estado desenvolvimentista tinha encontrado sua exaustão. Segundo FHC, para retomar o crescimento, era preciso que os excessos do Estado, que estavam localizados, principalmente, na área social, como saúde, educação, cultura e pesquisa científica, fossem retirados. Apesar das forças sociais realizarem um importante papel no recuo das propostas neoliberais, logo no seu primeiro mandato, não foi possível realizar uma forte contestação ao modelo que estava sendo aplicado, devido ao fato de FHC ter governado através de medidas provisórias, que contou com o consenso do Congresso Nacional, além do forte apoio da grande mídia, que discursava a favor das reformas constitucionais para garantir a estabilidade monetária e o controle do processo inflacionário (COSTA, 2000).

A descentralização do Estado foi implementada pela criação de agências autônomas e de organizações sociais. O governo passou a distribuir sua atuação em três

setores, são eles: atividades exclusivas do Estado, atividades não exclusivas e o setor de produção de bens e serviços (ZANARDINI, 2007). Assim explica Pereira (2001)

> No domínio dos serviços não exclusivos, a definição do regime de propriedade é mais complexa. Se assumirmos que devem ser financiados ou fomentados pelo Estado, seja porque envolvem direitos humanos básicos (como educação e saúde), seja porque implicam externalidades envolvendo economias que o mercado não pode compensar sob forma de preço e lucro (educação, saúde, cultura e pesquisa científica), não há razão para serem privados. Por outro lado, uma vez que não implicam o exercício do poder do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado nem de ser propriedade privada, a alternativa é adotar-se o regime da propriedade pública não-estatal, isto é, utilizar organizações de direito privado mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. "Propriedade pública" é aqui utilizado no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos e que não visa ao lucro; "não-estatal", no sentido de que não é parte do aparelho do Estado (PEREIRA, 2001, p. 38 grifos nossos).

Em sintonia com as ideias de Friedman (1985), a educação superior e suas pesquisas científicas, a partir dessa perspectiva, passaram a receber um maior investimento por parte do setor privado submetendo a produção da ciência à lógica do mercado. Como resultado das medidas de caráter neoliberal, observou-se a expansão galopante do ensino superior privado e, anos mais tarde (2004), com a adoção do Programa Universidade para Todos – Prouni, em formato de bolsas, operacionalizou-se o público não estatal.

Na educação básica, os organismos internacionais, antes mesmo do governo de Fernando Henrique Cardoso, já exerciam influências, como foi no caso da Conferência de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia. O Brasil foi um dos 155 participantes e, nessa conferência, o país assinou um acordo definindo a educação como obrigação de todos, contribuindo para que o Estado dividisse seu papel de ofertar a educação escolar com a sociedade civil-empresarial.

Sob a ofensiva neoliberal, as universidades públicas são ameaçadas a ficar numa permanente crise tanto de ordem política como orçamentária. O discurso neoliberal, com o propósito de retirar do Estado a obrigação direta pelo financiamento do ensino superior, advoga que as instituições devem possuir autonomia para, de forma empreendedora, captar "parceiros" para seu financiamento. Com efeito, em 1994, criaram-se as fundações

de apoio de direito privado para que, instaladas dentro das universidades públicas, pudessem receber subsídios privados, mediante a venda de cursos, pesquisas, projetos, entre outros. Como forma de sobreviver ao novo modelo imposto, as universidades se viram obrigadas a produzir conhecimentos de interesse do mercado para que estes as financiassem, se adaptando ao mercado global.

Enquanto as universidades públicas se adaptavam a esse novo modelo, as instituições privadas cresciam de maneira rápida com recursos do governo federal, por meio de Programas que repassam dinheiro público para custeio de bolsas em universidade particulares, financiamento estudantil, financiamento para pesquisa, entre outros.

O movimento privatista em torno do ensino superior brasileiro tem, portanto, uma estreita relação com a "reforma" do Estado, que demandou novos contornos formativos e estruturais nas universidades, constituindo marcos importantes na tarefa de reformar essas instituições. Como aborda Minto (2006), de um lado, houve um crescente beneficiamento das IES privadas e sua consequente expansão, de outro, um processo de privatização interna nas IES públicas principalmente por meio da criação de pós-graduações pagas, nas quais seus docentes bem qualificados dão o *status* tão almejado para uma maior procura dos cursos e, assim, maior rentabilidade, por meio das fundações de apoio, que passam a ser o veículo legal para que investimentos privados adentrem nessas instituições públicas. Reforçamos, portanto, que o processo de privatização do ensino superior tem sido duplo: de um lado, há uma intencionalidade na crise das universidades públicas e; de outro, acontece um incentivo para que as universidades e faculdades particulares se expandam com recurso público.

Conforme Sguissardi (2002), no período de 18 anos, entre 1980 e 1998, o número de instituições públicas federais permaneceu praticamente o mesmo. Já as instituições privadas passaram de 764 para 2.016 em menos de dez anos. Mas, se considerarmos os dados de 2008, constatamos um enorme crescimento das instituições privadas, alcançando 89,5% das IES no Brasil, sendo que, no mesmo ano, apenas 10,5% das IES eram públicas. Essa evolução é ainda mais significativa, se considerarmos o período de 1995 a 2014, no qual as instituições privadas representam 87,4% do ensino superior e as públicas 12,6%. De 1995 a 2014 o setor privado cresceu enormemente, totalizando 2069 instituições.

Apesar do crescimento do número de instituições públicas, depois de um grande período de estagnação, o setor público ainda representa uma pequena parcela frente ao setor privado, que vem em crescimento desde 1998 não apenas no número de instituições, mas também no número de matrículas. Em 1995 a oferta privada concentrava 60,2% das matrículas, em 2014 esse mesmo número chegou a 74,9%. O setor público de 1995 a 2014 cresceu no número de matrículas, mas em relação a todo o ensino superior representou apenas 25%.

A expansão do ensino superior público se deu principalmente a partir de instituições de âmbito federal e um dos programas responsáveis foi o REUNI. O REUNI surgiu como um programa de governo estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Lima (2009) ressalta que as metas do REUNI não são propostas inteiramente novas apresentadas para o ensino superior, pois as medidas impostas pelo Programa seguem a cartilha de reformas elaboradas pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos.

A adesão ao REUNI expressa uma política de precarização e quebra do modelo de universidade centrada no ensino, pesquisa e extensão. O aumento progressivo de alunos até atingir o número de 18 por professor e a criação de novos currículos com base em uma formação aligeirada tornam evidentes dois tipos de precarização, a do trabalho docente e a da formação profissional. Como aborda Lima (2009), a universidade se tornou uma instituição com foco no ensino pragmático, cada vez mais submetida à lógica do mercado.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI, por sua vez, é uma manifestação clara de como os governos brasileiros operam no alargamento dos ganhos dos empresários do ensino superior, mediante a renúncia fiscal do Estado. O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória n° 213 do Governo de Luís Inácio da Silva (Lula) e regulamentado pela Lei n° 11.096/05. Consiste na concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais para estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsista integral, para cursar a graduação em IES privada. Como forma de contrapartida, o governo oferece isenção de impostos às IES privadas que aderirem ao PROUNI (CARVALHO, 2006 *apud* MACHADO e ROCHA, 2011 p. 384).

Um dos problemas do Programa consiste no fato de que não há para todos os bolsistas, subsídios financeiros extras para que os estudantes possam se manter nos cursos. Para se obter a bolsa integral, a renda familiar do estudante deve ser de no máximo, um salário mínimo e meio. Com uma renda de tão baixo valor, torna-se extremamente complicado manter um estudante em uma IES privada tendo que arcar com material didático, alimentação, deslocamento e outras despesas não previstas no Programa. Posteriormente à sua implementação, a Medida Provisória N° 251, de 14 de junho de 2005, autorizou a concessão de bolsa-permanência no valor de R$ 300,00 mensais, mas somente para estudantes matriculados em cursos com horário integral. Tal medida beneficiou parte dos alunos, mas deixou desassistidos outros estudantes que também possuem despesas, mesmo em cursos que sejam em períodos parciais. A iniciativa mostrou-se importante, mas insuficiente para atender a todos os estudantes que buscam graduassem nessas instituições. (MACHADO E ROCHA, 2011).

Outra forma de aumentar o acesso ao ensino superior foi com a expansão da Educação à Distância (EAD). Em 2005 foi criada a Universidade Aberta do Brasil pelo Ministério da Educação em parceria com a ANDIFES e empresas estatais. No período de 2013 a 2014, essa modalidade de ensino apresentou a taxa de crescimento de 17,8%, o que representa 1.341.842 matrículas em cursos de graduação, a rede privada concentra 89,6% dessas matrículas.

Outro programa de incentivo à expansão das IES privadas foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído através da lei 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o qual concede ao estudante cursar uma graduação em uma IES privada, pagando o curso somente após ter se formado.

Diante de programas como FIES e PROUNI, fica claro que o modelo de ensino superior vem sendo alterado com relevante aumento da participação do setor privado na sua oferta. A continuidade do FIES está clara na meta 12 do PNE (Lei nº 13.005/14), na qual propõe expandir o FIES e progressivamente dispensar a obrigatoriedade de um fiador. Dados do relatório de gestão do FIES comprovaram que o Programa está em contínuo crescimento, em 1999 o programa atendia a 67.202 estudantes, em 2000 houve um acréscimo de 35.299, totalizando 102.501 estudantes beneficiados.

ISSN: 2358-8829

> Em 2011, cerca de 153 mil novos estudantes foram beneficiados, representando um crescimento de 102% em contratações quando comparado a 2010. No ano seguinte, o crescimento chegou a 140% com relação a 2011. Em 2013, o Fundo propiciou acesso a mais de 557 mil estudantes e em 2014, houve cerca 732.243 alunos beneficiados para os cursos de graduação em instituições de educação superior pertencentes a 1.290 entidades mantenedoras com adesão ao Fies (BRASIL, 2016).

Em cenário de contrarreforma, o modelo alemão humboldtiano, centrado no ensino, pesquisa e extensão, vem sendo deixado de lado em troca das graduações em curtos períodos, oferecidas a qualquer custo ou até mesmo à distância, com padrões questionáveis de ensino. As IES privadas tornaram-se verdadeiros "escolões", nos quais é dada a importância máxima ao lucro em detrimento do acesso aos conhecimentos científicos úteis a toda sociedade.

Destarte, para compreender a situação do ensino superior brasileiro desde os anos de 1990 aos tempos hodiernos, faz-se mister relacioná-lo às medidas neoliberais que atingem tanto o Estado como a educação superior, redefinindo os papeis de um e de outra, para melhor se ajustarem aos interesses expansionistas do mercado. Com efeito, é sob a ordem do ajuste estatal que o atual governo de Bolsonaro investe contra as Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES, sob uma ofensiva muito mais grave do que a de anos anteriores.

Está em curso o mais brutal desmonte do ensino superior público, que se desdobra na política dita de contingenciamento, na retirada progressiva de investimentos nas IPES, na intervenção direta para indicação de reitores, atropelando a rodo a autonomia universitária e, mais recentemente, pela imposição do projeto Future-se, que "Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, e dá outras providências".

Ainda como esboço de lei, o texto do Programa anuncia, sem subterfúgios, a nova proposta de ensino superior público, alinhada ao mercado. Nele, a autonomia universitária se veste de empreendedorismo salvacionista que tem o propósito de captar investidores privados, de alocar espaços públicos das IES, de quebrar o regime de dedicação exclusiva dos professores para que estes, também como empreendedores, vendam sua força de trabalho ao mercado.

ISSN: 2358-8829

O Future-se retoma um dos pilares básicos de sustentação da contrarreforma do Estado desde FHC, uma vez que pretende submeter a universidade à gestão de uma Organização Social[4], cujo raio de ação é muito mais privatista do que as Fundações de Apoio (criadas em 1994), na medida em que operará não só na gestão de contratos, como monitorará metas de funcionamento da pesquisa, do ensino e da extensão. Para garantir a implementação do Future-se nas universidades brasileiras, o governo de Bolsonaro tem se cercado de estratagemas importantes como a imposição no quadro de reitores de nomes de gestores de sua confiança, na contramão dos primeiros colocados nas listas tríplices, sobrepujando a tradição democrática na escolha desse cargo. Resta-nos a resistência para nos contrapor com excelência acadêmica e compromisso social a esse nefasto ataque à ciência e ao país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa nos revelaram que a problemática do modo de produção do sistema capitalista enfrentou maiores desafios principalmente a partir da década de 1970. Com o fim da chamada "era de ouro", obtida a partir do crescente lucro, o modo de produção fordista tem seu esgotamento e novos desafios aparecem nos países centrais para manter os lucros perante a crise do sistema.

A flexibilização do modo de produção trouxe novas perspectivas não somente na produção, mas, também, na educação da classe trabalhadora que foi cada vez mais sendo treinada para o desenvolvimento das competências em detrimento dos conhecimentos científicos.

A economia passou a exigir um Estado cada vez menor para atender seus interesses e aumentar seu lucro por meio de serviços, principalmente na saúde e educação. Assim, a educação superior deixou de ser um direito e passou a ser um serviço não exclusivo do Estado, abrindo espaço para a atuação de instituições privadas, com objetivo de lucrar e também formar mão de obra para atuar no mercado. Toda essa mudança foi

[4] As Organizações Sociais foram implementadas ainda na gestão de FHC, no curso acelerado de sua contrarreforma estatal, e ganhou destaque expressivo, editada inclusive como um dos famosos cadernos do Mare (Caderno 2).

motivada pelo neoliberalismo, implantado mundialmente. Vale destacar que aqui no Brasil a ofensiva neoliberal foi bem mais perversa do que nos países centrais, pois nesses países os ganhos em saúde e educação estavam mais consolidados, diferente do Brasil que nunca apresentou grandes avanços nesses serviços para a população.

Ao examinarmos a "reforma" do Estado brasileiro e suas consequências na forma como o governo passou a gerenciar as universidades, verificamos que a implementação do que denominamos de contrarreforma do Estado ganhou força dentro do governo FHC com o Plano de Reforma do Estado coordenado por Bresser Pereira, à frente do Ministério de Administração e Reforma do Estado. Medidas foram tomadas para "enxugar" o Estado brasileiro, abrindo um maior espaço de atuação para o setor privado.

A capilaridade das ideias do Estado neoliberal atinge sobremaneira o ensino superior, que já é um setor que conta com recursos insuficientes para uma educação de qualidade, submetido às recomendações dos organismos multilaterais que "recomendam" ampliar a participação do setor privado nessa área a expandir o ensino superior por meio da EAD.

No período que compreende todo o governo FHC (1995-2003) e os governos do PT (2003-2016) observa-se uma crescente participação do setor privado na oferta de vagas no ensino superior. Para as universidades públicas, a década de 1990 foi de poucos recursos e nenhum crescimento significativo na oferta de vagas, o oposto do que ocorreu na iniciativa privada que concentrou maior número de alunos. A mudança de governo na esfera federal não alterou em parte essa lógica, a iniciativa privada continuou seu crescimento por meio de programas de transferência de recursos públicos para as IES privadas.

Esta pesquisa examinou a expansão do ensino superior entre os anos de 1995 e 2014. Mas, à guisa de concluir estas análises, destacamos que a temática em tela merece estudo criterioso na atual conjuntura brasileira pós golpe 2016. Da curta gestão de Michel Temer (2016-2018) ao atual governo de extrema direita de Bolsonaro (2019), a contrarreforma do Estado brasileiro vem sendo retomada com maior intensidade. Um conjunto de "reformas"[5] vem sendo aprovadas destruindo os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, comprometendo seu futuro e suas já parcas condições de vida.

[5] Entre elas destacam-se as "reformas" trabalhista, a Lei da terceirização e a atual "reforma" da Previdência.

Soma-se às investidas ultra-neoliberais na economia, um conjunto de medidas de caráter antidemocrático, cerceadoras das liberdades de expressão que atingem frontalmente a ciência e a cultura. Neste quadro dantesco, marcado por retrocessos de toda ordem, as universidades públicas são duramente atacadas, tendo seus orçamentos "contingenciados"/reduzidos e sua autonomia cerceada. O sucateamento das universidades públicas, já em franca implementação, promove, assim, as condições ideais para que as instituições privadas possam se espraiar, fomentadas por recursos públicos e alardeadas como instituições modernas, eficazes e eficientes.

Nesse quadro de ataques, o Future-se passa a ser a materialização direta e acelerada da privatização interna das IPES, ajustando estas aos moldes neoliberais, mediante a venda direta de projetos, ensino e ciência.

À classe trabalhadora resta a luta para manter seu direito de frequentar a universidade pública, gratuita e de qualidade, altercando um projeto de ciência que possa atender às suas necessidades formativas e proporcionar a produção de conhecimentos que não sejam reféns do mercado, mas que possam ir ao encontro das necessidades do conjunto da humanidade.

Palavras-chave: Ensino Superior; Neoliberalismo; Privatização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. 287p.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xama, 1999. 247p.

BORGES, Altamiro. **As arapucas do toyotismo.** 2005. Disponível em: <http://alainet.org/active/8041&lang=es>. Acesso em: 29 dez. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Planejando a próxima década. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2018.

Brasil. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014.** 2015. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. **Letras**, v. 222, p. 259, 2001.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.09-23, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARINHATO, PEDRO HENRIQUE. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2011.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. **Pesquisa & Debate,** São Paulo, v. 11, n. 1, p.49-79, 2000. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11922.>. Acesso em: 25 set. 2018.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade, São Paulo**, Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1985.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2. ed. São Paulo: Loyola, c1992. 349p.

LIMA, Kátia. Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. **Universidade e Sociedade**, Brasília, nº 44, p.147-157, jul. 2009.

MACHADO e ROCHA, Antônia Rozimar. PROUNI e a Expansão do Ensino Superior Privado: a Política Pseudodemocratizante de Acesso ao Ensino Superior do Governo Lula. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). **Trabalho, educação, Estado e a crítica marxista.** 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 379-397.

MINTO, Lalo Watanabe. A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais. **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**, v. 9, 2012.

_____. **Educação superior, trabalho docente e capitalismo no Brasil:** problematizando o ensino à distância (EAD). 2006.

MIRANDA, Flávio. **As Interpretações Marxistas da Crise Econômica Atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx**. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PANIAGO, Cristina. Neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do estado. Comunicação científica apresentada no XI ENPESS, **Anais**, São Luis, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Fundações Privadas na Universidade Pública - a quem interessam?. **Avaliação**, Campinas, v. 7, n. 4, p.43-72, dez. 2002.